**AVALIANDO A GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE EM ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN E MIGUEL PEREIRA POR MEIO DA DUPLA IMPORTÂNCIA DO VÍNCULO PARA A CONTINUIDADE DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA**

**EVALUATING THE GUARANTEE OF THE RIGHT TO HEALTHCARE IN ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN AND MIGUEL PEREIRA THROUGH THE DUAL IMPORTANCE OF EMPLOYMENT BONDS FOR THE CONTINUITY OF PUBLIC HEALTH ACTIONS**

**Rodrigo dos Santos Borges1\*, Cristiane Moreira da Silva 21, Isis Paiva de Marins 31, Giulia Fernanda Rodrigues Augusto 41**

**1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Engenheiro Paulo de Frontin - Rio de Janeiro, Brasil**

**\*Autor para correspondência:** [**geografia.cepf@ifrj.edu.br**](mailto:geografia.cepf@ifrj.edu.br)

**Resumo**: A saúde é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) um direito humano, sendo constitucionalmente garantida pelo artigo 196 da Constituição Federal de 1988. Pensando nessa questão, objetivamos avaliar como o vínculo, em suas dimensões afetiva e profissional, possui relevância para a qualificação dos serviços de saúde nos municípios fluminenses de Engenheiro Paulo de Frontin e Miguel Pereira. Pretendemos avaliar a relação entre a continuidade do cuidado e a estabilidade funcional dos servidores, propondo alternativas para a melhoria da oferta dos serviços e a garantia efetiva do direito à saúde. Para tanto, desenvolvemos uma análise quali-quantitativa dos vínculos funcionais do Sistema Único de Saúde dessas localidades, precedida por revisão de literatura sobre a importância dos vínculos afetivos na promoção e proteção da saúde. O procedimento de coleta de dados baseou-se no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) tendo como marco temporal o mês de março de 2021. Os dados foram tratados de acordo com as tipologias funcionais estabelecidas pela portaria n°2.022/2017 do Ministério da Saúde. Percebemos, a partir dos dados do CNES, que, seguindo o padrão nacional imposto pela Emenda Constitucional 19/1998, há, para os municípios estudados, um padrão de contratação multivínculo, que se acentua nos serviços de maior complexidade, ocasionando a alta rotatividade dos servidores, o que pode dificultar a formação de vínculos afetivos contínuos. Essa dificuldade ocorreria porque servidores não efetivos tendem a ser exonerados com maior frequência que os estatutários. Como a formação de vínculos afetivos demanda longo período de tempo, a precarização dos vínculos funcionais impacta diretamente na qualidade da prestação dos serviços. Como alternativa, sugerimos que as administrações locais organizem os serviços do SUS municipal, tendo como norte a contratação de profissionais com vínculos funcionais permanentes. Tal modelo já é previsto pelo Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos. Essa indicação tem respaldo em seu potencial de aumento na adesão ao tratamento, a partir da formação de vínculos afetivos entre equipe e população; o que é especialmente relevante para as unidades de atenção primária, que possuem em seu escopo de ação, o cuidado longitudinal da população.

**Palavras-chave:** Sistema Único de Saúde. Vínculo. Miguel Pereira. Engenheiro Paulo de Frontin. Saúde pública.

**Abstract**: Healthcare is considered a human right by the United Nations (UN), and it is constitutionally guaranteed by Article 196 of the Brazilian Constitution of 1988. With this in mind, we sought to evaluate how employment bonds, in their affective and professional dimensions, are relevant for the qualification of health services in the Rio de Janeiro municipalities of Engenheiro Paulo de Frontin and Miguel Pereira. Through a qualitative analysis of the functional bonds of the Unified Health System in these localities, preceded by a literature review on the importance of affective bonds in health promotion and protection, we intend to evaluate the relationship between continuity of care and the functional stability of civil servants, proposing alternatives to improve the offer of services and the effective guarantee of the right to healthcare. Based on data from the National Health Establishment Registry (CNES), we noticed that there is a pattern in line with the national pattern imposed by the constitutional amendment of 19/1998 of multi-linked hiring for the studied municipalities, which is accentuated in the more complex services, causing a high turnover of public servants, making it difficult to form continuous affective bonds. As an alternative, we suggest that local administrations organize services based on permanent functional bonds, something that is already provided for by the Single Legal Regime (RJU) for public servants.

**Keywords**: Sistema Único de Saúde. Employment Bond. Miguel Pereira. Engenheiro Paulo de Frontin. Public health.